

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O PAPEL DAS UNIVERSIDADES EM SEU FOMENTO: UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E SEU FÓRUM MUNICIPAL

Edgard Barbosa Rodrigues
Carlyle Tadeu Falcão de Oliveira

Resumo

Trabalhar o conceito de Economia Solidária (E.S) e buscar mecanismos que possam propagar o tema é a certeza que o movimento vai permanecer no meio social ofertando para os envolvidos uma condição de emprego e renda mais justa e igualitária, principalmente em um cenário em que o desemprego está cada vez mais presente na vida das pessoas e a tecnologia diversifica cada vez mais as relações de trabalho. O objetivo do estudo é identificar possibilidades para as universidades contribuírem para o fortalecimento da E.S no Rio de Janeiro tendo como premissa as demandas do Fórum de Economia Solidária do Município do Rio de Janeiro. Para realização da pesquisa, os autores frequentaram as reuniões desse Fórum e por se tratar de uma pesquisa participante, puderam manter um contato direto com integrantes, cuja maioria são representantes das Redes Solidárias que compõem o movimento no município. Nessas reuniões, foi possível observar as demandas que serviram de base para proposta do curso de formação em E.S que foi aceita pelo Fórum e será ofertado em rede pelo Programa de Pós Graduação em Administração (PPGAd) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Laboratório de Gestão e Tecnologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O curso terá a participação dos mestrandos do PPGAd como prática docente além de servir de subsídio para suas dissertações como uma continuidade de uma estratégia da pesquisa ação. Nessa pesquisa foi possível perceber que o movimento de E.S na cidade do Rio de Janeiro precisa justamente fortalecer seus princípios estruturantes para que possa haver um melhor envolvimento de seus integrantes. Nesse sentido, percebeu-se que a participação das universidades é fundamental nesse processo visto que o setor público encarregado em fomentar o setor, cobra uma postura burocrática na qual, muitas vezes, os envolvidos não têm o preparo ou mesmo conhecimento adequado do que lhes está sendo imposto o que lhes geram uma sensação de abandono e carência.

Palavras Chave: Economia Solidária - Políticas Públicas - Educação e capacitação

Edgard Barbosa Rodrigues: Mestrando em Administração PPGAd-UFF. Licenciado em História pelas Faculdades Dr. Pedro Leopoldo e Gestor Financeiro pela Estácio. rodriguesedgard@id.uff.br

Carlyle Tadeu Falcão de Oliveira: Doutor em Administração e Mestre em Administração Pública pela FGV. Licenciado em Turismo pela UFRJ e Engenheiro Civil pela UGF. Professor da Faculdade de Administração e Finanças da UERJ e do PPGAd-UFF.

carlyle.falcao@gmail.com

Introdução

Esta pesquisa apresenta o conceito de Economia Solidária bem como uma introdução das suas bases teóricas e seu trajeto histórico desde a Revolução Industrial que colocou por terra a relação de trabalho até então existente.

Compreender o trajeto da E.S ao longo dos tempos é, acima de tudo, valorizar sua persistência em solucionar problemas sociais que insistem e persistem em toda e qualquer parte do mundo desde o surgimento do capitalismo.

O objetivo do estudo é identificar possibilidades para as universidades contribuírem para o fortalecimento do movimento no município do Rio de Janeiro, tendo como premissa as demandas do Fórum de Economia Solidária do Município do Rio de Janeiro.

Para realização da pesquisa, os autores frequentaram as reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária do Município do Rio de Janeiro e por meio da pesquisa participante puderam manter um contato direto com os integrantes do fórum. Ao participar dessas reuniões, os pesquisadores também puderam manter contato com representantes de órgãos públicos como o Ministério do Trabalho e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento do Rio de Janeiro.

O trabalho de campo foi realizado entre o período de 26 de novembro de 2018 e 26 de junho de 2019 nas reuniões do fórum que acontecem uma vez por mês. A presença e a participação dos pesquisadores foram aprovadas pelos integrantes do fórum e suas participações não tinham objetivo de envolver ou opinar nas pautas a serem discutidas, mas apenas de observar e manter contatos com os envolvidos para compreender o processo e a relação que vem se dando naquele local.

As evidências dessa pesquisa conduziram à construção do texto e o que se espera é de um lado, poder contribuir para o fortalecimento do movimento E.S no Rio de Janeiro. De outro, fornecer a prática docente aos mestrands do PPGAd-UFF além de subsidiar suas pesquisas para a elaboração de suas dissertações.

O presente artigo apresenta a partir da introdução, o seu referencial teórico trabalhando o conceito de Economia Solidária, sua trajetória desde a Revolução Industrial em que se deram os primeiros indícios de cooperativismo, o trajeto do cooperativismo no Brasil e por fim um breve histórico da participação das universidades junto ao movimento e a importância das políticas públicas para o setor. Em um segundo momento, apresenta-se o Fórum Municipal de Economia Solidária do Município do Rio de Janeiro com suas demandas, seguidos da metodologia trabalhada, os resultados obtidos e as considerações finais.

Economia Solidária

A Economia Solidária vem se tornando um tema para amplas discussões, inclusive nas universidades, e vista por muitos estudiosos como alternativa real à crescente crise de emprego que vivemos hoje atingindo todas as esferas da sociedade (FRANÇA FILHO, 2001).

A origem etimológica do termo Economia Solidária é trabalhada por Gurgel (2013) que aborda suas origens no latim onde Economia provém da palavra *oeconomia* que significa arte de administrar a casa, enquanto a palavra Solidária provém da palavra *solidare* que significa corroborar, apoiar. Ele ainda apura que em sentido corrente, reúne a atividade econômica com a solidariedade entre os agentes.

O termo Economia Solidária foi construído no início dos anos 1990 na França por Jean Louis Laville e por Bernard Eme e através desse termo, esses autores passaram a trabalhar na tentativa de difundir o fenômeno através de iniciativas e práticas econômicas que foram reconhecidas como iniciativas locais na Europa, assumindo uma postura associativa para solução de conflitos sociais mais específicos (FRANÇA FILHO, 2001).

No primeiro momento, a Economia Solidária, por um lado, surge com as noções de iniciativa e solidariedade, associando esses conceitos que até então eram dissociados; e por outro lado, se torna sugestiva no que diz respeito à elaboração de atividades econômicas num âmbito coletivo (FRANÇA FILHO, 2001). Ela se enquadra na tentativa de problematização de novas práticas organizativas a partir

de um conjunto de referências no que diz respeito a reflexões que trata da relação entre democracia e economia numa perspectiva descritiva e compreensivista de pesquisa, avaliando milhares de experiências no mundo envolvendo milhares de pessoas assalariadas ou mesmo voluntariadas implicadas, cada uma com sua singularidade (EME e LAVILLE, 1996).

Um conceito muito importante, que demarca um Empreendimento em Economia Solidária – EES, é o da repartição dos lucros. A empresa pertence aos trabalhadores que nele investem seus recursos e sua força de trabalho, o poder de mando parte de todos e a relação entre as pessoas se dá por igual onde a função de cada um é valorizada para melhor funcionamento do EES (SINGER, 2003).

A economia solidária busca atingir como alvo aquelas pessoas que, por algum motivo, estão excluídas do sistema capitalista e se encontram em condição que a incapacita de produzir e consumir como as demais. *“Es una alternativa económica impulsada especialmente por quienes se encuentran – real o potencialmente – marginados del mercado de trabajo”* (CARUANA, 2015).

Assim sendo, a Economia Solidária está interligada às questões sociais e mazelas deixada na instauração do capitalismo onde aponta novas formas de relações sociais caracterizadas pela relação de exclusão que se dava com o trabalhador (VASCONCELOS E FERNANDES, 2015).

O fortalecimento da sociedade civil e até mesmo da Economia Solidária é uma forma de compreender o movimento e sua legitimação em diferentes países bem como suas ressignificações políticas, econômicas e sociais com toda sua forma de organização em diferentes regiões do mundo (ANDION, 2005).

Para melhor compreensão do movimento da Economia Solidária, faz-se necessário remeter-se aos conceitos históricos e suas bases sociológicas e assim perceber que ela já se fazia presente desde a transição do sistema de produção feudal para o capitalismo quando se viu o surgimento do cooperativismo (DIAS, 2011).

No período pré-Revolução Industrial, a relação familiar acarretava outros tipos de relação, ou seja, além das relações marido e mulher, pais e filhos, se dava também a relação mestre e empregados. Nesse período, o trabalho artesanal era preponderante e se dava nas corporações de ofícios (casas de mestres); os empregados eram parentes consanguíneos visto que aquele ofício era passado de pais para filhos (DIAS, 2011).

A Revolução Industrial, entre os anos de 1780 e 1840, se dava com uma intensidade maior na Inglaterra e a produção em larga escala proporcionou uma mudança nas relações sociais que se expandiam a cada momento. Com a produção em larga escala, consolida-se a diminuição dos preços e por outro lado o aumento do consumo, o desenvolvimento do comércio e da indústria além da inserção da comercialização internacional em mercados não protegidos (DIAS, 2011).

Em meio a esse cenário de mudanças de sistema econômico e crises sociais, pensadores são inspirados com ideias reformistas no objetivo de controlar o caos que se instalava meio a desigualdade imposta pelo novo sistema vigente. Quando se trata de Economia Solidária e Gestão Social, os nomes que ganham destaque são Robert Owen, Charles Fourier e Claude-Henri Saint-Simon (DIAS, 2011).

Os precursores do cooperativismo e do socialismo foram os primeiros a perceberem uma força social na relação que se davam nas associações operárias. Esses pensadores foram demarcados por Marx e Engels no Manifesto Comunista como socialistas utópicos ou crítico-utópicos, provindos de uma geração contemporânea ao advento do capitalismo industrial e das suas respectivas consequências (FARIA, 2005). O conceito de utopia, que será muito abordado ao se remeter a essa tríade de pensadores, surgiu juntamente com o movimento cooperativo e juntos representavam uma forma de reagir e contrapor aos desequilíbrios das relações sociais que estavam surgindo com a implantação do capitalismo. Nesse momento, para entender o conceito de cooperativismo que estava se dando naquela época, é de fundamental importância haver o entendimento da formação do pensamento cooperativo que pode ser encontrado na leitura dos teóricos clássicos do socialismo utópico (ZWICK, 2016).

A ideia de cooperativismo surgiu no mesmo período em que se manifesta o sindicalismo e o socialismo, tendo o mesmo objetivo: o de sanar a exploração dos trabalhadores que ocorria naquela época. (ZWICK, 2016).

A trajetória do Cooperativismo no Brasil até a Economia Solidária em seu campo conceitual

No Brasil, o cooperativismo deu seus primeiros sinais de surgimento no final do século XIX quando foi criada a Associação Cooperativa dos Empregados no município de Limeira em São Paulo, no ano de 1891. Em seguida foi criada outra cooperativa dessa vez no Estado de Pernambuco, a Cooperativa de Consumo de Camaragibe no município de Camaragibe, no ano de 1984 (DIAS, 2011).

Logo no início do século XX, no ano de 1902, surgem no Rio Grande do Sul, as primeiras experiências das Caixas Rurais do modelo Raiffeisen, um modelo de cooperativa de crédito que está orientada a anteder às necessidades do homem do campo. Esse modelo se estendeu para o Rio Grande do Norte, em 1925, quando foi criado o modelo Caixa Rural de Ceará Mirim. Esse tipo de modelo contava com a participação do Estado e da Igreja o que o afastava do padrão cooperativista popular (DIAS, 2011).

Em 1971, foi consolidada a Lei nº 5.764 de 16 de dezembro que define que uma cooperativa precisa de no mínimo 20 membros para sua consolidação. A Lei definia também as questões representativas, que em nível nacional se daria através da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) de 1969 e no âmbito estadual, cada unidade federativa deveria criar sua Organização Estadual de Cooperativas (OEC). Posteriormente, no ano de 1999 em 10 de novembro, foi criada a Lei nº 9.867 que cria e normatiza cooperativas especiais com o intuito de assistir pessoas em “situação de desvantagem” a se inserirem no mercado (DIAS, 2011).

O cooperativismo adotado no Brasil foi diferente do modelo que surgiu na Europa que visava uma forma de organização e resistência. No Brasil, houve uma forte presença das elites políticas e agrárias e surgiu inicialmente como um projeto do governo militar como forma de controle social e político. Porém, a partir dos anos 1980, o cenário das cooperativas foi mudando. O país enfrentava uma grave ressecação com altas taxas de desemprego, gerando uma crise industrial que levou grande parte das empresas à falência o que fez o cooperativismo tomar um novo rumo (DIAS, 2011).

Foi a partir desse cenário e da organização sindical que nasceu um movimento de trabalhadores que resgatariam essas empresas por meio do modelo de autogestão bancando os investimentos com seus recursos e força de trabalho (DIAS, 2011).

Essas experiências denominadas Empresas Recuperadas por Trabalhadores em Regime de Autogestão apontaram novas formas organizacionais e foram criando forças a ponto de criar a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Anteag) que com o apoio das universidades criariam, a partir de então, as incubadoras. Essas incubadoras eram baseadas nas redes de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e de Incubadora de Cooperativas da Unitrabalho (DIAS, 2011).

Foi nessa mesma década, a de 1990, que surge a agenda da Economia Solidária e a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária (DIAS, 2011).

As Universidades e a Economia Solidária

Quando se fala em Economia Solidária dentro das universidades, logo surge um leque de opções para discussão visto que o tema caminha por diferentes campos disciplinares como Engenharia, Economia, Administração, Sociologia e outros, despertando assim o interesse no assunto por setores da sociedade como atores associativos, representantes das esferas políticas, de entidades filantrópicas e sindicais (FRANÇA FILHO, 2001).

As universidades possuem um papel vital no debate sobre a exclusão, participando da construção de alternativas e apontando caminhos. Por serem instituições criadas pela própria sociedade, relacionam-

se diretamente com ela de modo que as questões alarmantes da sociedade são igualmente as das universidades (HECKERT, 2004).

As universidades atuam no auxílio da propagação do movimento de Economia Solidária, através do trabalho de extensão. A extensão, enquanto função de prestação de serviço social, deve se integrar ao ensino/pesquisa para que possa ser criada uma troca de saberes entre universidade e sociedade (BOTELHO, 2016).

O trabalho dos técnicos e acadêmicos, como afirmam Murad e Abreu (2016), precisa ser cuidadoso para aplicar o conhecimento universitário levando em conta a cultura e a educação dos cooperados. Existe ali junto daquele movimento um conhecimento prévio sobre o que vai ser trabalhado, mesmo que de forma popular e não de forma técnica como os universitários estão acostumados a lidar (CANÇADO, 2011).

Em 1988, baseado na Constituição Brasileira que colocou a Extensão em paridade com o Ensino e a Pesquisa, valorizando-a e reconhecendo-a enquanto ciência, o Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidade Públicas Brasileiras (1998) escreveu, talvez, o documento mais importante para a extensão universitária em que a considera como um processo educativo, cultural e científico capaz de articular o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade (BARBISAN, 2004).

Nesse sentido, as incubadoras universitárias surgem como um instrumento da área de extensão. Como assegura Singer (2002a, p.26): “As Incubadoras Universitárias decidem integrar uma rede para a troca de experiências e a ajuda mútua tendo em vista estabelecer em cada universidade não só um centro de extensão (em que se enquadra a incubação), mas também de ensino e pesquisa.”

Quanto aos objetivos de uma incubadora, o que deve ser levado em conta é como e para quem vai ser direcionado o trabalho, no caso da Economia solidária, esses objetivos se darão por meio de um debate democrático para suas definições e assim contemplar os interesses de todos os envolvidos (MURAD e ABREU, 2016).

As incubadoras proporcionam aos estudantes, professores e demais envolvidos no projeto, uma experiência inusitada que lhes garantem contato direto com a pesquisa em si. Desse modo, a universidade, por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCP's, cumpre com o seu papel social, cujo fundamento básico é ajudar a sociedade solucionar os problemas reais do contexto social no qual estão inseridas e até mesmo de caráter nacional quando pensado de forma abrangente (ARAUJO e CASTRO, 2016).

Políticas Públicas em Economia Solidária

“Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público [...]”, segundo Secchi (2017, p.2). O entendimento de Enrique Saravia (2006) sobre política pública define-a como um sistema de decisões públicas que visam modificar, ou mesmo manter uma determinada realidade social por meio de ações, ou omissões das entidades públicas competentes.

É de extrema importância ter em mente que uma política pública é, principalmente, o envolvimento direto do Estado com o cidadão resultante em um termo público Relação Estado-cidadão que trata de impactos que atingem a comunidade envolvida. São as políticas públicas que permitem interpretar as transformações das sociedades contemporâneas (CÁRDENAS, ÁLVARES & CAÑAVERAL, 2016).

A Economia Solidária apresentou uma onda de crescimento no Brasil alcançando patamares de altas significâncias com a criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) interligada ao Ministério do Trabalho, sendo Paul Singer o primeiro secretário nacional da economia solidária. (SINGER, 2009).

Pode-se dizer que a maioria das políticas públicas da SENAES se destinou a apoiar e ampliar ações que já haviam sido tentadas ou ao menos esboçadas anteriormente por movimentos sociais ou Organizações não Governamentais (ONGs) ligadas ao setor (SINGER, 2009).

Desde então, o movimento sempre contou com entidades não governamentais que o auxiliaram no seu processo de expansão atingindo esferas da sociedade mais necessitadas. Entre essas entidades estão: a Igreja Católica por meio da Caritas do Brasil, atuando principalmente com os projetos alternativos comunitários; o Movimento dos Sem Terra – MST que ofereceram cooperação agrária; a Central Única dos Trabalhadores – CUT que passou a apoiar as iniciativas solidárias e a mobilização de sindicatos; e as Universidades com as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP's que passaram a contribuir para criação de novas empresas (FBES, 2010).

Apesar das ITCP's anteceder ao Plano Nacional de Economia Solidária - PNES (2015-2019), essa iniciativa converge com esse plano ao destacar a necessidade de parcerias com as Universidades por meio de projetos de extensão, pesquisa universitária, cursos de especialização, mestrado e doutorado voltados para a economia solidária, cujos objetivos seriam a formulação de referenciais teóricos, políticos e pedagógicos para orientarem as práticas educativas na economia solidária.

O Plano Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro (2015) também inclui na sua relação de metas estruturantes, parcerias com universidades, instituições de ensino e organizações que desenvolvam atividades educativas a fim de promoverem cursos de capacitação/formação para o movimento, cujo foco seriam tanto os empreendimentos solidários quanto gestores públicos, em níveis de graduação e pós graduação, com atividades de extensão, ensino e pesquisa.

O Fórum de Economia Solidária no Rio de Janeiro

No que diz respeito ao Fórum de Economia Solidária do Rio de Janeiro – FES-RJ, segundo seu regimento, sua fundação se deu em 05 de março de 2011 se apresentando como um espaço permanente para representar, dialogar, articular, discutir, trocar saberes, capacitar, deliberar, além de fomentar e desenvolver a Economia Solidária. Congrega também empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, gestores públicos dentre outras pessoas comprometidas com os princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, conforme citado no Art. 1º do mesmo regimento.

Sua organização se dá por meio de plenárias e reuniões para tratar os objetivos propostos onde também são definidos planos de ações a partir das necessidades levantadas e avaliação das ações levantadas.

O Fórum conta hoje com 19 redes cadastradas sendo que a maioria delas estão voltadas para atividades onde destacam a reciclagem, produção de artesanatos e a comercialização em feiras organizadas pelo movimento em parceria com a prefeitura do município.

Os integrantes que compõe o fórum, ainda segundo o regimento, são: Representantes de Empreendimentos Econômicos Solidários como redes, cooperativas, associações de trabalho; empresas autogestionárias e grupos informais com vista à geração de renda e trabalho; representantes de entidades de assessoria e fomento; representantes dos governos das três esferas; pessoas físicas que assumam a causa ou simpatizam com a Economia Solidária.

Esses integrantes, desde que atendam a requisitos que estão estipulados no regimento, podem ter direito a voz e alguns destes até direito ao voto nas reuniões que são organizadas mensalmente a fim de tratar assuntos relacionados ao tema e às necessidades especificadas por cada um dos participantes.

Metodologia

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, em seu primeiro momento, empreendeu em uma ampla pesquisa bibliográfica por meio da consulta a livros, dissertações, teses, artigos científicos, leis, decretos e normas relacionados à temática da economia solidária, seus conceitos, as políticas públicas e o envolvimento das universidades.

Em um segundo momento, a pesquisa foi direcionada para o campo de estudo, o Fórum Municipal de Economia Solidária do Rio de Janeiro. Esse foi o momento de interação com o Fórum e serviu para uma aproximação dos pesquisadores com os representantes das Redes Solidárias que compõe o Movimento de

E.S. Nessa fase, pôde-se observar como se dava a relação entre os envolvidos e como eram expostas suas demandas.

Ficou acordado entre os pesquisadores e os integrantes do Fórum, que naquele momento não haveria nenhum tipo de participação ou intervenção por parte dos pesquisadores, apenas a observação para levantamento de dados. Para esse levantamento de dados, os pesquisadores frequentaram as reuniões do Fórum que ocorrem sempre nas últimas segundas feiras de cada mês e o período de apuração ficou compreendido entre 26 de novembro de 2018 e 26 de junho de 2019.

Para isso, foi adotada a pesquisa participante por ser considerada, de acordo com Demo (1995), uma “metodologia alternativa”, isso porque está solidificada em uma avaliação qualitativa das manifestações sociais, empenhadas com intervenções que contemplam o autodiagnóstico; a construção de estratégia de enfrentamento prático dos problemas detectados e a organização política da comunidade como meio e fim.

A escolha da pesquisa participante foi de fundamental importância justamente para manter o acordo firmado entre os pesquisadores e os integrantes do Fórum, uma vez que ao adotar o método, a atitude do pesquisador deve ser de “escuta” e de elucidação dos aspectos apresentados para cada situação sem impor nenhuma concepção própria (GORI, 2006).

Ainda no que diz respeito à metodologia, seus objetivos podem ser assim classificados: 1) instrumental, quando visa resolver um problema prático de ordem técnica; 2) da tomada de consciência, quando visa desenvolver a consciência coletiva a respeito de problemas enfrentados; e 3) de produção do conhecimento, de forma que ultrapasse o grupo e alcance mais pessoas que aquelas ali envolvidas. Este método pode reunir os três aspectos, mas pode acontecer que apenas um ou outro seja alcançado em detrimento dos outros da mesma forma que pode alcançar os três desde que haja um amadurecimento do método (THIOLLENT, 2000).

Segundo Garjardo (1985, p.40) o método da pesquisa participante:

“reconhece as implicações políticas e ideológicas subjacentes a qualquer prática social, seja ela de pesquisa ou de finalidades educativas, e propugna pela mobilização de grupos e organizações para a transformação da realidade social ou para o desenvolvimento de ações que redundem em benefício coletivo”.

Ainda para essa autora, no que diz respeito ao enfoque que salienta a produção e comunicação de conhecimentos, propõe os objetivos, metodologicamente organizados: 1) promover a produção coletiva do conhecimento, rompendo assim com o monopólio do saber e da informação; 2) promover as análises coletivas da organização das informações e da utilização que a partir dela pode se fazer; 3) promover uma análise crítica, utilizando as informações obtidas para determinar as causas dos problemas bem como buscar meios de encontrar soluções; 4) estabelecer relações entre os problemas individuais e coletivos, funcionais e estruturais, como parte de busca de soluções para os problemas que estão sendo enfrentados. A participação de todos os envolvidos é de suma importância não só para caracterizá-lo nos moldes do movimento da economia solidária, mas ao mesmo tempo manter a pesquisa dentro dos padrões do método da pesquisa-participante, uma vez na pesquisa participante, o importante é absorver as informações sobre o grupo e não necessariamente agir sobre ele (THIOLLENT, 2000).

Para coleta de dados nas reuniões do Fórum, foi utilizado: o diário de campo para anotar as demandas trazidas pelos participantes bem como para fazer os principais registros apontados nas reuniões e as conversas prévias com representantes da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e do Ministério do Trabalho; fichas de informação das Redes que serviram de catálogo com dados e informações de cada uma delas.

Após esse levantamento de dados, os mesmos foram tratados por meio de uma análise de conteúdo a fim de buscar soluções para cada demanda apontada pelo Fórum na literatura e identificar o que estava

sendo dito a respeito do tema de forma teórica à luz dos seguintes conceitos: economia solidária, políticas públicas, o papel das universidades e das incubadoras (VERGARA, 2005).

Após a participação nas reuniões em que constatadas algumas demandas e a sua importância, o movimento juntamente com os órgãos governamentais ali presentes decidiram que a Universidade poderia auxiliar os integrantes do Fórum e assim optaram pela elaboração de um curso de formação em Economia Solidária a ser ofertado no segundo semestre de 2019.

Resultados e discussões

Através das reuniões promovidas pelo Fórum Municipal, foi possível vivenciar a relação das redes e cooperativas ali envolvidas. Também foi possível observar que mesmo unidos e com grandes interesses, os participantes apresentam dificuldades e problemas a serem solucionados para que o grupo possa ter melhores condições de executar seus projetos e lidar com suas carências e acima de tudo, saber o que devem fazer para melhorarem e usufruírem de benefícios destinados ao movimento.

Quando se fala em dificuldades e carências, é importante destacar que o movimento é fomentado pelo setor público que cria regras e normas que vão além da capacidade técnica desses envolvidos, deixando-os na maioria das vezes, incapacitados de cumprirem determinada recomendação por falta de preparo técnico.

Representantes de órgãos governamentais como Ministério do Trabalho, Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação do Município se aliam aos integrantes do fórum na busca de soluções para as demandas que ali são apontadas em cada reunião, inclusive para solução de pendências burocráticas existentes junto ao fórum.

Na reunião realizada no dia 26 de novembro de 2018, os integrantes do fórum apontaram as demandas que estavam presentes no dia-a-dia do grupo em destaque:

- A falta de um manual de classificação dos produtos confeccionados e vendidos;
- A falta de capacitação em gestão, do movimento e do conceito em economia solidária;
- A reativação do plano municipal E.S com foco nas Licitações prometidas;
- A desatualização do cadastro dos produtos comercializados nas feiras - CADSOL e do mapeamento da produção e da capacidade produtiva;
- Ativação do Conselho Municipal E.S.

Diante dessas cinco demandas, é notório que o movimento de Economia Solidária do Rio de Janeiro, mais precisamente, o Fórum Municipal de Economia Solidária do Município do Rio de Janeiro apresenta demandas de caráter burocrático e que exigem conhecimentos técnicos em gestão.

Diante desse quadro, surgiu a proposta de intervenção da Universidade para auxiliar em um trabalho de extensão, juntamente com o movimento e os órgãos de apoio a buscarem soluções para essas demandas. A elaboração e oferta do curso contará com a participação dos mestrandos PPGAd – UFF como prática docente e também servirá de subsídio para suas dissertações como uma continuidade estratégica de uma pesquisa ação.

O curso proposto ao Fórum Municipal de Economia Solidária do Município do Rio de Janeiro será elaborado em parceria com pessoas e instituições que direta ou indiretamente estão ofertando apoio material e humano para sua realização. Fazem parte desse contexto: a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e a Universidade Federal Fluminense – UFF.

O objetivo geral desse curso é apresentar o conceito básico de Economia Solidária para os envolvidos, mostrar-lhes os fundamentos que tangem o assunto e as principais características que podem classificar um empreendimento como Empreendimento em Economia Solidária. Para isso, o curso será exibido em dez aulas que abordarão nove temas:

- História, conceitos e aspectos gerais de Economia Solidária;
- Comércio justo e solidário e Finanças solidárias;

- Empreendimentos E.S;
- Finanzas Solidárias;
- Educação Popular;
- Tecnologia Social e incubadoras;
- Fóruns e Redes E.S;
- Políticas Públicas e conselhos e
- Introdução à elaboração de projetos.

Esse curso, conforme exposto, adotará métodos que possam absorver e valorizar a experiência e o conhecimento prévio dos envolvidos levando a cada um deles a noção de que sua participação não estará condicionada na situação de aluno, mas sim de um integrante de um processo que visa à troca de conhecimento em busca de solucionar pendências que possam facilitar o movimento de Economia Solidária no Rio de Janeiro.

Espera-se obter como resultado, um grupo de pessoas capazes de propagar a ideia do movimento e que possam ser capazes de solucionar problemas burocráticos relacionados ao tema de forma mais eficaz, evitando assim que assuntos de extrema importância para o movimento como o Conselho Municipal não fiquem parados ou pendentes.

Considerações finais

Foi percebido que desde a década de 1980 o movimento de Economia Solidária vem se tornando interesse de setores públicos, ou seja, um interesse diferente dos seus primórdios na Revolução Industrial. Enxergar que a Economia Solidária é hoje um movimento social que depende do governo e de políticas públicas, é entender seu processo de transformação.

Por mais que o movimento tenha evoluído e esteja repleto de normatizações que possam regularizar os empreendimentos, as pessoas ali envolvidas, em sua maioria, não estão plenamente preparadas para lidar com tanta burocracia o que lhes geram sentimentos de abandono e frustração.

É notória a importância dessa institucionalização do movimento até mesmo para garantir melhores condições de trabalho e de direitos, porém o que se percebe é que essa institucionalização acontece de forma precária. Não há uma preocupação em garantir uma qualificação dos envolvidos para que estes possam lidar com as questões burocráticas, bem como ainda não existem leis diretamente ligadas a E.S que possam oferecer mais garantias ou simplesmente dar a esses empreendimentos melhores condições para que possam concorrer livremente com as empresas de viés capitalistas.

O Fórum de Economia Solidária do Rio de Janeiro enfrenta um conjunto de dificuldades onde os integrantes das redes ali envolvidas mal conseguem resolver. Além dos assuntos burocráticos, inserção de novos integrantes ou redes, falta de recursos e demais entraves que atrasam aquelas pessoas que tem o conhecimento profissional voltado para a produtividade do seu empreendimento.

Para sustentar essas questões, o fórum aguarda sempre por apoios de pessoas ou instituições que, por algum motivo, tem interesse em auxiliar os envolvidos na causa, inclusive as Universidades, que podem e devem ser grandes influenciadores nesse processo para proporcionar aos envolvidos melhores condições de desenvolver a autogestão e o cooperativismo. Esses auxílios garantem aos envolvidos uma confiança extra uma vez que o sentimento de carência é fortemente percebido na face do movimento.

Mesmo que possa parecer utópico para alguns, a Economia Solidária é um modelo de gestão que garante emprego e renda para uma significativa parcela de pessoas do país e do município do Rio de Janeiro. Acreditar no movimento é reconhecer sua trajetória histórica, a luta da classe trabalhadora que a cada evolução ou revolução do trabalho, tem que se adaptar e criar novos postos de emprego para se manterem. Diante dessa realidade, a Economia Solidária é um ponto de partida de um processo que sempre assistiu aos necessitados.

As considerações finais deste artigo não são de caráter conclusivo mesmo porque, como já mencionado, o trabalho está ainda se iniciando e servirá para dar novo alento ao movimento bem como fornecerá a prática docente e subsídios para as dissertações dos mestrandos participantes deste projeto de ensino-pesquisa-extensão. Espera-se também que este estudo sirva de base para novas produções, ciclos de debates ou outros meios que se fizerem eficazes para revigorar o movimento de Economia Solidária.

Por mais que o governo esteja engajado na busca por um relacionamento colaborativo com o movimento, isso pode deixar de acontecer a partir do momento em que for percebido que não há uma movimentação popular, de engajamento de seus membros, de reivindicação e sustentação das políticas públicas que beneficiem a Economia Solidária. Por isso, é importante que a discussão e propagação deste tema sejam feitas de forma a construir uma conscientização ampla sobre a Economia Solidária, mostrando que o movimento, além de um meio de resistência, é uma opção de vida mais sustentável do que os desequilíbrios socioambientais impostos pela competição capitalista.

Referências Bibliográficas

- ANDION, CAROLINA. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. *Rev. adm. contemp.* [online]. 2005, vol.9, n.1, pp.79-101. ISSN 1415-6555.
- ARAUJO, C. R. M.; CASTRO, J. G. S. Desafios enfrentados pelos Empreendedores Sociais da Incubadora: Políticas de Empreendimentos Populares e Solidários de Osasco. *Revista Administração em Diálogo*, v. 18, p. 59-91, 2016.
- BARBISAN, Aluí Oliveira, [et al.] Avaliação institucional da extensão. Porto Alegre: Os autores, 2004.
- BOTELHO, Louise de Lira Roedel et al. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: atuando a partir da extensão universitária. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, Florianópolis, p. 189-205, dez. 2016.
- CANÇADO, A. C., TENÓRIO, F. G. & PEREIRA, J. R. (2011). *Gestão Social: reflexões teóricas e conceituais*. Cadernos EBAPE BR., 9 (3), Rio de Janeiro.
- CÁRDENAS, MARTHA DEL SOCORRO ALZATE ET AL., Retos de la Alcaldía de Medellín para la aplicación de la Política Pública de Economía Social y Solidaria. *Finanz. Polit. Econ.*, ISSN: 2248-6046, Vol 8, N.2, 2016 pp. 401-430
- CASTELAO CARUANA, María Eugenia. Las políticas públicas y su visión de la economía social y solidaria en Argentina. *Rev. mex. cienc. polít. soc*, México, v. 61, n. 227, p. 349-378, agosto 2016.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.
- DIAS, T. F. *Gestão Social em Empreendimentos Econômicos Solidários: uma abordagem no Oeste Potiguar*. UFRN. Natal, p. Tese de Doutorado. 2011. (CDU 658.1).
- EME, B.; LAVILLE, J.-L. *Economie plurielle, économie solidaire: précisions et compléments*. Revue du MAUSS, Paris, n. 7, 1996.
- FRANÇA FILHO, G. C. D. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. *Sociedade Estado [conectados]*, Brasília, v. 16, p. 245-275, 2001
- FARIA, M. S. D. *Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital*. UFSC. Florianópolis, p. Tese de Doutorado. 2005.
- GAJARDO, Marcela. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 15- 50.
- GORI, Renata Machado de Assis. *Observação Participativa e Pesquisa Ação: Aplicação na Pesquisa e no Contexto Educacional*. *Revista Eletrônica de Educação do Curso de Pedagogia do Campus Avançado de Jataí da Universidade Federal de Goiás*, vol I-n2. Goiás, 2006.
- GURGEL, Claudio. *Economia solidária*. In: Fernando de Oliveira Vieira et alli (Orgs.), *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho*, Curitiba: Ed. Juruá, 2013.

- HECKERT, S. M. D. R. A emergência e potencialidade da economia solidária e autogestão no contexto das transformações do mundo do trabalho: a participação da Universidade. Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise, Brasília, v. 2004, n. 24ª, p. 7-8, 2004.
- PEREIRA MURAD, ELISA; ANDRADE DE ABREU, JÚLIO CÉSAR. Incubadoras Universitárias De Economia Solidária: Metodologias Em Perspectiva. Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, vol. 9, núm. 3, septiembre, 2016, pp. 108-130 Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina, Brasil
- REDE CFES, SNES-MTE. Nossa prática, nossa riqueza. Revista de Sistematização de experiências de Educação em Economia Solidária. Brasília, 2015.
- REDE CFES, SNES-MTE. Referenciais Metodológicos de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária. 2016.
- SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2017. 2 ed.
- SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, P. Introdução à economia solidária. Ed. 1. São Paulo. Fundação Perceus Abramo, 2003.
- SINGER, Paul. Políticas Públicas da secretaria nacional de economia solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. 2009.
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2000.
- VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas. 2005.
- ZWICK, E. Os utópicos como pioneiro da concepção cooperativista. Revista Espaço Acadêmico, n. 186, p. 17-28, Novembro 2016. ISSN ISSN 1519.6186.